



1 **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF**
2 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**
3 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
4 **16 de Agosto de 2023**

5
6 **Plenária extraordinária:** No décimo sexto dia do mês de agosto de 2023, em 1ª chamada
7 (início as 13:30) o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente –
8 CEDCA/PR se reuniu na sala de reuniões do 7º andar, do Palácio das Araucárias, situado à
9 rua Jacy Loureiro de Campos, s/n °, Bairro Centro Cívico, em Curitiba – Paraná, através de
10 link do meet: <https://meet.google.com/uks-nius-ipt> para a realização da Reunião
11 Extraordinária. Participação dos conselheiros (as): **Conselheiros da SC:** Presidente –
12 Adriano Roberto dos Santos (Cavanis), Suzian Fidelix (suplente Cavanis), Rodrigo Silva
13 Bonfim (HPP), Gabriel de Franco Rocha (suplente HPP), Andrea Bomfim – suplente
14 (Acridas), Bruna Ezidro (AFECE), Débora Cristina dos Reis (APC), Renann Ferreira (Guarda
15 Mirim), Isabella Menon (Canaã), Alexandra Alves José (Epesmel), Nadir Aparecida Silva
16 (AAMEC), Ires Damian (Ledi Mass), e Maria Tereza Chaves (Apofilab). Participação dos
17 conselheiros governamentais: Vice-presidente, Juliana Sabbag (CPCA/SEDEF), Desirré
18 Barbosa Santiago (Casa Civil), Clesio de Marins Prado (Paraná Esportes), Alceu Menta –
19 suplente (Paraná Esportes), Amália Regina Donegá (SETI), Ticyana Begnini (SEDEF),
20 Priscila Marcenovicz (SEAB), Lourival de Araújo Filho (SEED), Deborah Toledo Martins
21 (SEJU), Prisciane de Oliveira (CPCA/SEDEF), Suelen Glisnki (SETR), Fernanda Crosewski
22 (SESA), Eliete Aparecida Kovalhuuk (SESP) e Luciano Arantes Sanches (SEPL).
23 **Colaboradores e assessores:** Bruna Saraiva (OAB/PR), Fernando Redede (DPE), Danielle
24 Tuoto (MP/PR) e Lethicia Gaidarj Silva (DPE). **Equipe técnica:** Denise Masson Xavier
25 (CPCA/SEDEF), Juliana Muller (SEC/CEDCA), Marcela Gusso Rodrigues (CPCA/SEDEF),
26 Franciele do Rocio de Souza (Residente – CPCA). **Participação dos membros do comitê:**
27 Daniella Severgnini Silva (SEDEF – DGS), Jessica Maia Vieira (SECOM), Clésio Martins
28 Prado (SEES), Lethicia Gaidarji Silva (DPE-PR), Luciano Pereira dos Santos(ALEP), Alfrania
29 Aparecida Mendes (SEMIPI), Sandra Cristina Ferreira(SETI), Pollyanna Medeiros(SEMIPI),
30 Viviane Ribeiro(CASA CIVIL), Débora Cristina dos Reis Costa (CEDCA/PR / APC),
31 Fernanda Crosewski (SESA), Douglas Fontana Miranda (SETR) (Substituindo Amanda,
32 justificado), Edinalva Severo (FÓRUM DCA PR), Nadir Aparecida da Silva Fantin (CEDCA),
33 Ana Paula Cunha Carvalho (SESP), Carla Andréia Alves (TJPR) e Jane Vascques (SEJU).
34 **O Presidente Adriano Roberto dos Santos cumprimenta a todos, enfatiza a**
35 **importância de estarem nessa reunião de análise e avaliação do plano decenal.** A vice-



36 presidente cumprimenta a todos, diz que tem muito a avaliar e pensar do que foi feito, do
37 que precisamos avançar, estamos vivendo esse processo de monitoramento e avaliação do
38 Plano e das nossas novas possibilidades em relação ao plano decenal. Denise Xavier
39 Masson se apresenta, apresenta a residente técnica Francielle de Souza, dá as boas vindas
40 aos novos integrantes do comitê. O Plano Decenal dos Direitos da Criança e do adolescente
41 do Estado do Paraná tem vigência de 2014 a 2023, comitê interinstitucional foi criado pelo
42 decreto nº6926/2021. Lei número 21.352/2023 apresenta a criação de novas secretarias e
43 nova configuração administrativa do Estado, tendo assim o decreto 2078/2023 que altera a
44 composição do comitê interinstitucional. Ao todo o plano possui 297 metas. Principais ações
45 realizadas de 2021 a 2023: retomada das reuniões do Comitê e publicação do novo decreto,
46 relatório de monitoramento e avaliação do plano decenal dos direitos da Criança e do
47 Adolescente e plano de ação 2021-2023; Relatório de acompanhamento das metas de
48 2020, 2021 e 2022 – novo modelo de relatório e disponibilização dos instrumentais
49 preenchidos. Criado um instrumental para preenchimento de dados, cada responsável
50 recebeu link em dez/2022 com destaques para metas previstas em 2023, e a classificação
51 das categorias de metas como atingida, parcialmente executadas e não executadas. O
52 presente documento constitui uma das etapas do acompanhamento, monitoramento e
53 avaliação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná.
54 Este é o segundo relatório a ser apresentado, sobre a execução das metas, após a
55 aprovação do Plano de Ação 2021-2023. O Plano Decenal apresenta diretrizes, ações e
56 metas, com a elaboração de indicadores de monitoramento das políticas públicas
57 direcionadas ao cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes do Estado do
58 Paraná. O período de execução das metas foi de 01/01/2022 a 31/12/2022. Cabe ressaltar
59 que a pandemia da COVID-19 ainda impactou na execução de algumas metas, mas apesar
60 disso teve-se uma melhor execução das metas do que do ano de 2021. Para 2022 o plano
61 de ação previa a execução de 265 metas, destas 170 foram atingidas (64,2%) e 68
62 parcialmente executadas, o que equivale a cerca de 25% das metas. Já as metas não
63 atingidas foram 27, perfazendo em torno de 10% das metas previstas para 2022. O eixo
64 com mais metas atingidas foi o eixo 6, seguido dos eixos 3, 4, 2,1 e 5 respectivamente
65 correspondendo a 72%, 71%, 66%, 61%, 59% e 57% das metas totais de cada eixo. Este
66 ano foi possível à coordenação do Comitê acrescentar um capítulo ao relatório de
67 acompanhamento e trazer o comparativo do ano de 2022 e 2021 por responsável e por eixo
68 tendo em vista que o processo de acompanhamento, coleta dos dados, e elaboração do
69 relatório foi o mesmo para os dois anos. Conforme pactuado com o CEDCA e com o Comitê,
70 o presente relatório será apresentado de forma a trazer como anexo todos os instrumentais



71 preenchidos pelos responsáveis, e no relatório individual de cada responsável será
72 apresentado a descrição das metas parcialmente executadas, e não executadas. Em 2022 o
73 Comitê contava com 18 membros, dos quais 13 membros possuíam ações e metas no
74 Plano de Ação do Plano Decenal. Todos os responsáveis preencheram os instrumentais em
75 sua totalidade, sendo que nenhuma meta ficou sem informação. Para o ano de 2023 a
76 composição do Comitê foi alterada, seguindo a reforma administrativa do Estado, e contará
77 com 24 membros. Devido a alteração do Decreto de composição dos membros, houve um
78 tempo maior para a coordenação do comitê finalizar e apresentar o presente relatório, tendo
79 em vista que a tramitação, para alteração do decreto, segue um processo um pouco moroso
80 e burocrático, no entanto somente após a publicação do novo decreto foi possível a
81 Coordenação encaminhar o relatório individual de cada responsável para validação e
82 solicitar a nova indicação dos membros do Comitê para os respectivos responsáveis. O
83 processo de acompanhamento foi possível porque houve um efetivo comprometimento de
84 todos os membros do Comitê Interinstitucional, articulando ações dentro de suas instituições
85 de forma a possibilitar um trabalho efetivo e intersetorial, necessário para a implementação
86 de políticas públicas e o fortalecimento das estruturas do Sistema de Garantia de Direitos.
87 Realizadas as considerações iniciais, segue para o detalhamento da metodologia adotada
88 para construção do presente documento. METODOLOGIA a partir da publicação do Plano
89 de Ação atualizado, com as metas previstas para serem executadas entre 2021-2023, se dá
90 o acompanhamento das metas para o ano de 2022. Os instrumentais foram enviados a
91 todos os responsáveis contendo orientações de como realizar o preenchimento e, assim que
92 recebidos, foram analisados pela coordenação do Comitê. Os links enviados a cada
93 responsável com os respectivos instrumentais possuíam diversas colunas, sendo que em
94 cinco delas previa-se o preenchimento pelo responsável. Após a devolutiva de todos os
95 responsáveis iniciou-se o processo de análise dos instrumentais, e a elaboração de
96 relatórios individuais, os quais foram encaminhados aos devidos responsáveis para
97 validação pela autoridade máxima de cada órgão. Tendo então todas as validações somente
98 entre os meses de Maio e Junho do corrente ano, o relatório anual foi concluído. 1.
99 ANÁLISE DE DADOS Considerando a compilação, a sistematização e a análise dos dados,
100 foi possível quantificar a execução de metas de cada responsável. Para o alinhamento das
101 informações prestadas no relatório foram criadas três classificações possíveis sobre a
102 execução das metas, podendo ser: ATINGIDA; PARCIALMENTE EXECUTADA; e NÃO
103 EXECUTADA. Destacamos que nos pontos que dizem respeito a descrição sobre as metas:
104 atingidas; parcialmente executadas e não executadas de cada responsável, foi realizado um
105 descritivo parcial das mesmas, sendo que todas as metas e suas devidas classificações



106 poderão ser visualizadas em sua totalidade nos instrumentais que estão anexo a este
107 relatório. Destaca-se que todas as informações apresentadas nestes relatórios individuais
108 foram retiradas dos instrumentais preenchidos por cada responsável. 1.1.
109 ACOMPANHAMENTO POR RESPONSÁVEL 1.1.1. Assembleia Legislativa do Paraná –
110 ALEP. A ALEP é responsável por 4 metas previstas para execução em 2022 no Plano de
111 Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas sobre a execução de 2022
112 tendo 3 atingidas e 1 não executada. 1.1.2 - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
113 Adolescente – CEDCA , é responsável por 9 metas prevista para execução em 2022 no
114 Plano de Ação e, de acordo com as análises das informações prestadas sobre a execução
115 de 2022, as mesmas foram classificadas como 7 atingidas , 1 parcialmente executada e 1
116 não executada. 1.1.3 Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná - Fórum
117 DCA/PR. O Fórum DCA/PR é responsável por 09 metas prevista para execução em 2022 no
118 Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas sobre a execução
119 de 2022, as mesmas foram classificadas da seguinte forma: 5 atingidas, 2 parcialmente
120 executadas e 2 não executadas. 1.1.4 Ministério Público do Paraná – MPPR. O MPPR é
121 responsável por 4 metas prevista para execução em 2022 no Plano de Ação, e, de acordo
122 com as análises das informações prestadas sobre a execução de 2022/25, as mesmas
123 foram classificadas da seguinte forma: 3 atingidas e 1 parcialmente executada. 1.1.5
124 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná – SEAB A SEAB é
125 responsável por 3 metas previstas para execução em 2022, e, de acordo com as análises
126 das informações prestadas sobre a execução de 2022, as mesmas foram classificadas da
127 seguinte forma: 2 atingidas e 1 parcialmente executada. 1.1.6 Secretaria de Estado da
128 Comunicação Social e da Cultura do Paraná – SECC, A SECC é responsável por 8 metas
129 prevista para execução em 2022 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das
130 informações prestadas sobre a execução de 2022, as mesmas foram classificadas da
131 seguinte forma: 5 atingidas, 2 parcialmente executadas e 1 não executada Atingida. 1.1.7
132 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Paraná – SEDEST.
133 A SEDEST é responsável por 7 metas prevista para execução em 2022 no Plano de Ação,
134 e, de acordo com as análises das informações prestadas sobre a execução de 2022, as
135 mesmas foram classificadas da seguinte forma: 6 atingidas e 1 parcialmente executada.
136 1.1.8 Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná – SEED. A SEED é
137 responsável por 45 metas prevista para execução em 2022 no Plano de Ação, e, de acordo
138 com as análises das informações prestadas sobre a execução de 2022, as mesmas foram
139 classificadas da seguinte forma: 26 atingidas, 15 parcialmente executadas e 4 não
140 executadas. Nesta meta foi falado que “Também foi proporcionado o atendimento de 100%



141 das crianças e adolescentes que apresentam defasagem na aprendizagem e/ou
142 deficiências; a inclusão nos conteúdos curriculares da educação em direitos humanos, em
143 100% das escolas públicas do Estado.” A Dra. Danielle Tuotto (MP) questiona se tem
144 alguém da SEED para esclarecer de onde que foi tirado esse índice, pois é uma demanda
145 enorme que não se tem avaliação, nem local para avaliação, pergunta com base em que
146 trouxeram esses dados. A técnica Denise informou sobre a ausência justificada dos
147 representantes da SEED na reunião, sendo que após, solicitará um esclarecimento da meta.
148 Ainda de acordo com a SESA “Com relação à meta de sensibilizar 100% dos hospitais
149 identificados, que atendem crianças e adolescentes para a implantação do Serviço de
150 Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar, a SEED informa que os hospitais que
151 realizaram a solicitação foram identificados e atendidos pelo Acordo de Cooperação.”
152 Edinalva fala que pensando nas crianças hospitalizadas em longa permanência, pergunta se
153 o hospital precisa solicitar esse atendimento, porque a criança está internada vai estar
154 faltando a aula, então só se o hospital solicitar que a criança vai ter esse atendimento.
155 Denise fala que a escrita está de acordo com a meta do plano decenal, com relação a isso a
156 gente não sabe como funciona o fluxo, precisaríamos pedir um esclarecimento. O presidente
157 pontua para solicitar um ofício com os esclarecimentos. Outro ponto discutido foi “ a meta de
158 ofertar qualificação profissional para os adolescentes dos Centros de Socioeducação, de
159 forma gradativa. A SEED informa que não houve previsão orçamentária na LOA, foi
160 disponibilizado um recurso pelo Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para
161 Atendimento à Educação de Jovens e Adultos PEJA - FNDE, mas o recurso não foi
162 autorizado para cursos de qualificação.” Danielle pontua para cobrar a justificativa da não
163 autorização. 1.1.9 Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF. A SEJUF é
164 responsável por 95 metas prevista para execução em 2022 no Plano de Ação, e, de acordo
165 com as análises das informações prestadas sobre a execução de 2022, as mesmas foram
166 classificadas da seguinte forma: 59 atingidas, 21 parcialmente executadas e 15 não
167 executadas. Nesse parágrafo “No que se refere às ações de protagonismo juvenil, foram
168 cofinanciadas, por meio do edital de Chamamento Público, atividades de contraturno
169 escolar, com ênfase em desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, totalizando 57
170 parcerias no ano de 2022, com entidades da sociedade civil. A Dra. Danielle Tuotto enfatiza
171 que o relatório diz quantas parcerias, mas pergunta quantas crianças e adolescentes são
172 atendidas. Seria importante para todas as secretarias trazerem esses dados mais
173 específicos. Denise explica que foi feito um relatório crítico e analisado pela secretaria de
174 planejamento e indica ações no próprio plano de ação e na forma como a meta foi
175 elaborada, inclusive os indicadores, é um aprimoramento que já está sendo discutido para o



176 próximo Plano Decenal. 1.1.10 Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA A SESA
177 é responsável por 45 metas previstas para execução em 2022 no Plano de Ação, e, de
178 acordo com as análises das informações prestadas sobre a execução de 2022, as mesmas
179 foram classificadas da seguinte forma: 26 atingidas, 17 parcialmente executadas e 2 não
180 executadas. 1.1.11 Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná – SESP. O SESP
181 é responsável por 24 metas prevista para execução em 2022 no Plano de Ação, e, de
182 acordo com as análises das informações prestadas sobre a execução de 2022, as mesmas
183 foram classificadas das seguinte forma: 17 atingidas e 7 parcialmente executadas. 1.1.12
184 Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná – SETI. A
185 SETI é responsável por 4 metas prevista para execução em 2022 no Plano de Ação, e, de
186 acordo com as análises das informações prestadas sobre a execução de 2022, as mesmas
187 foram classificadas das seguinte forma: 4 atingidas. 1.1.13 Tribunal de Justiça do Estado do
188 Paraná – TJPR. O TJPR é responsável por 13 metas prevista para execução em 2022 no
189 Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas sobre a execução
190 de 2022, as mesmas foram classificadas das seguinte forma: 12 atingidas e 1 não
191 executada. Edinalva Severo (Fórum DCA PR) diz que precisa ser lembrado que a criança e
192 adolescente tem que ser prioridade, no trecho diz desde que haja disponibilidade
193 orçamentária, fico preocupada com isso. Carla representante do TJ, explica que essa meta
194 estabelecida é 2022/2023, hoje já se tem outro edital, essa semana já foi aberto para
195 realocação de funcionários, para posterior chamamento do concurso e assim saber qual o
196 número que vai ser chamado. Temos a intenção de cumprir essa meta. Danielle Tuotto diz
197 que hoje está sendo explanado o relatório de dados trazidos pelas Secretarias e o que tem
198 que ser discutido aqui é o que fazer com isso, fica a reflexão ao conselho, qual o
199 encaminhamento que o conselho vai dar para isso. A vice-presidente Juliana Sabbag
200 concorda com a Dra. Danielle, e diz que tem que ver a questão de onde há recurso, há meta
201 e não foi cumprida, temos que ver de que forma a gente pode ajudar, cobrar ou ver se há
202 necessidade de capacitação ou investir em formação. 1.1.14 EXECUÇÃO TOTAL DAS
203 METAS. Existem no Plano de Ação o total de 265 metas, para o ano de 2022, considerando
204 todos os responsáveis. Das 265 metas, 170 foram atingidas (64,2%) e 68 parcialmente
205 executadas (25,7%), e 27 (10,2%) não executadas. As metas executadas e parcialmente
206 executadas perfazem um total de 238 metas, equivalendo a cerca de (90%) das metas
207 contempladas no plano de ação para 2022. Já as metas não atingidas foram 27, perfazendo
208 um total de cerca de 10%. Entre os responsáveis, todos executaram mais de 55% de suas
209 metas. Se formos analisar entre metas atingidas e parcialmente executadas, todos foram
210 acima de 75 a 100% das metas nesta definição, com destaque para a SETI, que atingiu



211 100% de suas metas, bem como o TJPR com 92% de metas alcançadas. Logo, observa-se
212 um bom desempenho na execução de metas de parte dos responsáveis, ainda que
213 considerado os obstáculos enfrentados para o atingimento das mesmas, tendo em vista
214 também que em 2022 o país ainda estava sofrendo o impacto da pandemia da COVID-19,
215 sendo que no início daquele ano o Brasil sofria com sua terceira onda da doença. Desse
216 modo até hoje, e ainda por muito tempo, terá que se investir em políticas públicas para
217 superar todos os desafios deixados por esta pandemia. 1.2. ACOMPANHAMENTO POR
218 EIXO: Na análise por Eixo são agrupados os dados e as classificações apontadas pelos
219 responsáveis de acordo com o Eixo do Plano Decenal. O plano Decenal é composto por
220 seis eixos conforme tabela abaixo, contendo as metas classificadas conforme execução:
221 1.2.1. Eixo 1 - Direito à Vida e à Saúde Para o Eixo 1 existem um total de 46 metas
222 distribuídas entre os responsáveis e classificadas de acordo com a execução em 2022.
223 Destas metas, 59% das metas foram atingidas (27), 37% foram parcialmente executadas
224 (17) e 4% (2) de metas não executadas. 1.2.2. Eixo 2 - Direito à Liberdade, ao Respeito e à
225 Dignidade Para o Eixo 2 existem um total de 86 metas distribuídas entre os responsáveis e
226 classificadas de acordo com a execução em 2022. Destas metas, 61% (52) das metas foram
227 atingidas, 24% (21) foram parcialmente executadas e 15% (13) de metas não executadas.
228 1.2.3. Eixo 3 - Direito à Convivência Familiar e Comunitária Para o Eixo 3 existem um total
229 de 21 metas distribuídas entre os responsáveis e classificadas de acordo com a execução
230 em 2022. Destas metas, 71% (15) das metas foram atingidas, 19% (4) foram parcialmente
231 executadas e 10% (2) de metas não executadas. 1.2.4. Eixo 4 - Direito à Educação, à
232 Cultura, ao Esporte e ao Lazer Para o Eixo 4 existem um total de 44 metas distribuídas entre
233 os responsáveis e classificadas de acordo com a execução em 2021. Destas metas, 66%
234 (29) das metas foram atingidas, 25% (11) foram parcialmente executadas e 9% (4) de metas
235 não executadas. 1.2.4. Eixo 5 - Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho Para o
236 Eixo 5 existem um total de 14 metas distribuídas entre os responsáveis e classificadas de
237 acordo com a execução em 2022. Destas metas, 57% (8) das metas foram atingidas, 36%
238 (5) foram parcialmente executadas e 7% (1) de metas não executadas. 1.2.4. Eixo 6 -
239 Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia Direitos da Criança e do Adolescente
240 Para o Eixo 6 existem um total de 54 metas distribuídas entre os responsáveis e
241 classificadas de acordo com a execução em 2022. Destas metas, 72% (39) das metas foram
242 atingidas, 19% (10) foram parcialmente executadas e 9% (5) de metas não executadas. O
243 eixo com mais metas atingidas foi o eixo 6, seguido dos eixos 3, 4, 2,1 e 5 respectivamente
244 correspondendo a 72%, 71%, 66%, 61%, 59% e 57% das metas totais de cada eixo. Todos
245 os eixos tiveram um percentual de metas atingidas superior a 57%. Se forem consideradas



246 as metas atingidas e parcialmente executadas, tem-se a variação de 84% a 96% das metas
247 nesta condição. 1.3. COMPARATIVO SOBRE A EXECUÇÃO DAS DE METAS 2021 e 2022
248 O Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná tem um
249 horizonte de dez anos e estabelece um conjunto de medidas e ações que visam promover e
250 garantir os direitos da Criança e do Adolescente no Estado. No ano de 2021 foi realizado o
251 monitoramento e avaliação do Plano de Ação, e deste modo foram revisados todos os
252 elementos do Plano de Ação, e o atual tem vigência de 2021-2023. Tendo realizado o
253 relatório de acompanhamento das metas de 2021 foi possível realizar um comparativo entre
254 os anos de 2021 e 2022 no que se refere ao quantitativo de metas atingidas, parcialmente
255 executadas e não executadas. Destaca-se, a seguir, um comparativo das metas: atingidas,
256 parcialmente executadas e não executadas, dos períodos de 2021 e 2022, por responsável
257 e por eixo. 1.3.1 - COMPARATIVO POR RESPONSÁVEL - 2021 e 2022: 1.3.1.1 -
258 Assembleia Legislativa do Paraná - ALEP A Alep teve o mesmo número de metas, 04. As
259 metas atingidas aumentaram em 50%, passando de 2 para 3. Em 2021 a ALEP teve 01
260 meta parcialmente executada, já em 2022 nenhuma, havendo deste modo uma diminuição.
261 Por fim, para as metas não executadas mantiveram 01 meta em cada ano. Execução
262 TOTAL das metas de 2021 e 2022 O Plano de Ação teve um aumento de 11 metas. As
263 metas atingidas tiveram um aumento de 46 metas, passando de 124 de 2021 para 170 em
264 2022, perfazendo um aumento de 37%. Já as metas parcialmente executadas tiveram uma
265 diminuição indo de 81 em 2021 para 68 em 2022, perfazendo um total de 16%. Já as metas
266 não executadas diminuíram em 45%, passando de 49 em 2021 para 27 em 2022. 1.4. -
267 COMPARATIVO POR EIXO ENTRE OS ANOS DE 2021 e 2022: 1.4.1 - Eixo 1 - Direito à
268 Vida e à Saúde O EIXO 1 registrou o aumento de 03 metas, indo de 43 para 46. O
269 desempenho dos responsáveis viabilizou que as metas plenamente executadas tivessem
270 um crescimento em torno de 4% - saltando de 26 para 27 cumpridas. Em contrapartida, os
271 totais de metas parcialmente executadas tiveram um aumento de 31%, passando de 13 em
272 2021 para 17 em 2022. Já as metas não executadas tiveram uma redução de 50%
273 passando de 04 em 2021 para 02 em 2022. 1.4.2 Eixo 2 - Direito à Liberdade, ao Respeito e
274 à Dignidade O EIXO 2 registrou o aumento de 07 metas, indo de 79 para 86. O desempenho
275 dos responsáveis viabilizou que as metas plenamente executadas tivessem um crescimento
276 em torno de 27% - saltando de 41 para 52 cumpridas. Já, os totais de metas parcialmente
277 executadas tiveram uma redução de 16%, passando de 25 em 2021 para 21 em 2022. Já as
278 metas não executadas permaneceram em 13 em cada um dos dois anos. 1.4.3 - Eixo 3 -
279 Direito à Convivência Familiar e Comunitária - 2021 e 2022 O EIXO 3 permaneceu com o
280 mesmo total de metas, 21. O desempenho dos responsáveis viabilizou que as metas



281 plenamente executadas tivessem um crescimento em torno de 67% - saltando de 9 para 15
282 cumpridas. Já, os totais de metas parcialmente executadas tiveram uma redução de 55%,
283 passando de 04 em 2021 para 09 em 2022. As metas não executadas diminuíram 33%,
284 passando de 3 em 2021 para 02 em 2022. 1.4.4 - Eixo 4 - Direito à Educação, à Cultura, ao
285 Esporte e ao Lazer - 2021 e 2022 O EIXO 4 permaneceu com o mesmo total de metas, 44.
286 O desempenho dos responsáveis viabilizou que as metas plenamente executadas tivessem
287 um crescimento em torno de 93% - saltando de 15 para 29 cumpridas. Já, os totais de
288 metas parcialmente executadas tiveram uma redução de 35%, passando de 17 em 2021
289 para 11 em 2022. As metas não executadas diminuíram 67%, passando de 12 em 2021
290 para 04 em 2022. 1.4.5 - Eixo 5 - Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho -
291 2021 e 2022 O EIXO 5 permaneceu com o mesmo total de metas, 54. O desempenho dos
292 responsáveis viabilizou que as metas plenamente executadas tivessem um crescimento de
293 200% - saltando de 04 para 08 cumpridas. Já, os totais de metas parcialmente executadas
294 permaneceram as metas, 05 metas para os dois anos. Por fim, as metas não executadas
295 tiveram uma redução de 75%, passando de 04 em 2021 para 01 em 2022. QUADRO 57 -
296 METAS DO EIXO - 2021 E 2022. 1.4.6 - Eixo 6 - Fortalecimento das Estruturas do Sistema
297 de Garantia Direitos da Criança e do Adolescente O EIXO 6 registrou o aumento de 01
298 meta, indo de 13 para 14. O desempenho dos responsáveis viabilizou que as metas
299 plenamente executadas tivessem um crescimento de 34% - saltando de 29 para 39
300 cumpridas. Já, os totais de metas parcialmente executadas perfizeram uma diminuição de
301 17%, passando de 12 em 2021 para 10 em 2022. Por fim, as metas não executadas tiveram
302 uma redução de 61%, passando de 13 em 2021 para 05 em 2022. CONSIDERAÇÕES
303 FINAIS Observa-se um aumento das metas classificadas como atingidas, houve ainda
304 aquelas executadas de forma parcial, cujas justificativas, incluem limitações em se realizar
305 ações que envolvam articulação de muitas pessoas ou ainda outras questões que
306 demandam maior atenção orçamentária, além das ações impactadas em virtude da
307 pandemia e/ou período eleitoral, que precisaram ser interrompidas. O processo também é
308 dificultado pela falta de um sistema informatizado para realizar a sistematização e o
309 acompanhamento das metas de 2022, outro obstáculo ao processo, está relacionado à
310 manutenção, envio e retorno dos instrumentais, o qual ocorre de forma manual,
311 sincronização de arquivos e de e-mail institucional. Outro desafio é com relação à análise
312 das informações, não existe uma metodologia própria para análise dos dados, o que torna o
313 trabalho mais complexo e moroso, demandando maior atenção. Foram analisadas para este
314 relatório 265 metas, sendo este o total de metas com previsão de execução em 2022, das
315 quais 64,2% (170) das metas atingidas. Destaca-se o aumento das metas atingidas, a



316 exemplo de: redução do tempo de exames para verificação de violência sexual em 12,5%
317 em relação ao ano base de 2021, dentre outras ações. Observa-se que para os eixos 6, 3 e
318 4 houve a execução total da maior parte das metas, sendo 72% para o eixo 6, 71% para o
319 eixo 3, e 66% para o eixo 4. Enquanto para os eixos 1, 2 e 5 houve a execução parcial, da
320 maior parte das metas. Em relação ao total para cada eixo, o eixo 2 é o que apresenta mais
321 metas não executadas, com 15%. É importante destacar a relevância do processo de
322 acompanhamento permanente das ações, bem como a necessidade de um técnico ou a
323 composição de uma equipe, por cada responsável/órgão executor, que possa identificar
324 durante o andamento das atividades, quais ações necessitam de maiores esforços para
325 serem executadas. Dessa forma, cada responsável pode acompanhar de perto cada etapa
326 necessária para atingir as metas e registrar continuamente seu progresso, acerca do
327 andamento das mesmas. O constante acompanhamento e o efetivo compromisso no
328 cumprimento das metas corroboram para a efetivação dos direitos da Criança e do
329 Adolescente no Estado do Paraná. Denise fala um pouco sobre as ações da CPCA e do
330 comitê, no mês de junho foi apresentado um material ao CEDCA elaborado pela CPCA com
331 relação à avaliação final desse plano decenal e um plano novo, o projeto contemplou os
332 seguintes produtos: Avaliação final; metodologia de concepção do Novo Plano com interface
333 com a metodologia do orçamento criança e adolescente; Elaboração do Plano Decenal novo
334 (Diagnóstico x Marco Situacional; Plano de ação com interface no Orçamento criança e
335 Adolescente; Metodologia de acompanhamento, monitoramento e Avaliação); Sistema de
336 elaboração e acompanhamento do Plano Decenal; Relatório de acompanhamento,
337 monitoramento e Avaliação. Em andamento das ações (CPCA e comitê): Estudo técnico
338 preliminar elaborado e em fase de recebimento de orçamentos, para posterior
339 encaminhamento à PGE; Previsão de reunião com os CMDCA's e CEDCA tendo como uma
340 das pautas o acompanhamento dos planos decenais municipais; Próxima reunião do Comitê
341 Interinstitucional – prevista para dia 29/11/2023. Juliana Sabbag agradece a participação de
342 todos os envolvidos nesse trabalho, cabe a gente agora analisar e ver o quanto a gente
343 conseguiu avançar, de que forma a gente pode transformar as reflexões em ações. Inclusive
344 a necessidade de fazer encontros presenciais para se envolver mais, a necessidade de
345 retomar o sistema de garantia dos direitos, da formação continuada ser uma exigência
346 nesse momento que a gente vive. A conselheira Débora traz a reflexão que recebemos todo
347 o trabalho feito pela coordenação e pelo comitê e o que a gente faz enquanto conselho com
348 essa informação. O Conselho precisa se apropriar dessas informações, estamos no décimo
349 ano de plano decenal e ainda não conseguimos fazer essa avaliação de política pública por
350 meio do plano decenal. O relatório foi apresentado ao conselho que é o deliberador da
Dioe nº 11529 de 24/10/2023



351 política pública, precisamos acompanhar cada órgão envolvido. Presidente Adriano Roberto
352 dos Santos, analisando as reflexões do que temos que fazer, sugere que em cada câmara
353 faça um estudo individualizado do relatório, que possam trazer opções de quais ações
354 poderão ser realizadas. **Encaminhamentos aprovados:** Os conselheiros decidem aprovar
355 o Relatório de Acompanhamento do Plano Decenal das metas de 2022 com ressalvas, com
356 o envio de um Ofício a SEED solicitando esclarecimentos das metas citadas. Fica definido
357 também, que o relatório vai para as câmaras (dividido por eixo) para conhecimento e análise
358 das metas não atingidas e parcialmente atingidas: Eixo 2 - Direito à Liberdade, ao Respeito
359 e à Dignidade com a câmara de Garantia dos direitos; o eixo 6 - Fortalecimento das
360 Estruturas do Sistema de Garantia Direitos da Criança e do Adolescente com a câmara de
361 capacitação, mobilização e articulação; o Eixo 4 - Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte
362 e ao Lazer e eixo 5 - Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, na câmara de
363 políticas públicas; e Eixo 1 - Direito à Vida e à Saúde e Eixo 3 - Direito à Convivência
364 Familiar e Comunitária para a câmara do FIA. Reunião encerrada. A presente ata foi
365 elaborada pela servidora Marcela Gusso Rodrigues da CPCA/SEDEF e após a aprovação
366 será publicada no Dioe e disponibilizada no site do CEDCA/PR.

367

368

369